



Tipo de trabalho: RESUMO SIMPLES (MÁXIMO 2 PÁGINAS)

AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA¹

**Júlia Teixeira Martins², Rafaela Passamani³, Elisabete Comareto Gabbi⁴,
Nadiesca Taísa Filippin⁵, Lucila De Bortoli⁶, Juliana Saibt Martins⁷**

¹ Trabalho de Conclusão de Curso

² Acadêmica do Curso de Graduação em Fisioterapia UFN

³ Fisioterapeuta

⁴ Aluna do Curso de Mestrado em Ciências da Saúde e da Vida UFN

⁵ Docente do Curso de Graduação em Fisioterapia UFN

⁶ Bióloga

⁷ Docente do Curso de Graduação em Fisioterapia UFN

Introdução

As pessoas com deficiência física apresentam alteração completa ou parcial de algum segmento corporal, de origem congênita ou adquirida, que impede ou dificulta a execução e o desempenho das funções motoras. Cada uma apresenta características, necessidades e capacidades diferentes, requerendo recursos e estratégias também diferentes para que sua funcionalidade seja potencializada e possam ser incluídos efetivamente nas escolas.

Objetivo

Avaliar o nível de independência funcional de alunos com deficiência física das escolas municipais de Santa Maria / RS.

Metodologia

Trata-se de um estudo transversal, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Franciscana, sob parecer de número 2.966.330.

A amostra foi composta por alunos com deficiência física, de ambos os sexos, na faixa etária de seis a dezoito anos de idade, matriculados nas escolas municipais da zona urbana Santa Maria/RS. Para avaliar a independência funcional foi utilizada a Escala de Medida da Independência Funcional (MIF) e para os alunos com Paralisia Cerebral (PC), foi aplicado o Sistema de Classificação da Função Motora Grossa (GMFCS). Nesse estudo foram avaliadas apenas as condições motoras, as quais envolvem o autocuidado, o controle dos esfíncteres, a locomoção e a transferência da MIF e quanto mais alto for o escore, maior a independência. A GMFCS avalia a gravidade do comprometimento neuromotor do indivíduo com PC, de acordo com a faixa etária e é dividida em cinco níveis funcionais que se diferenciam pelas limitações. Os pais receberam esclarecimentos sobre o estudo e aqueles que aceitaram que seus filhos participassem assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).



Tipo de trabalho: RESUMO SIMPLES (MÁXIMO 2 PÁGINAS)

Resultados

O censo escolar de 2017 apontou a existência de 55 alunos com deficiência física matriculados em escolas municipais. Ao contatar-se as escolas verificou-se que haviam apenas 23 alunos, dos quais 17 respeitavam os critérios de inclusão. Entretanto, 10 aceitaram participar do estudo e compor a amostra.

Dos 10 alunos avaliados, quatro eram do sexo feminino e seis eram do sexo masculino. A média de idade foi de $11,4 \pm 3,2$. Em relação aos diagnósticos registrados nas escolas, quatro alunos possuíam paralisia cerebral (PC), três apresentavam deformidades congênitas, um apresentava hidrocefalia com dificuldades motoras, um apresentava hidrocefalia e mielomeningocele e um manifestava ataxia. Dos alunos com PC dois apresentaram função motora grossa nível III, um aluno apresentou nível V e um apresentou nível II, de acordo com a GMFCS. Além disso, dos 10 alunos, cinco eram usuários de cadeira de rodas e cinco eram deambuladores.

Sobre a independência funcional a média do escore final da MIF foi de 53 pontos, sendo a menor pontuação igual a 13 e a maior pontuação igual a 91. Apenas um aluno apresentou a pontuação máxima.

Conclusões

A desatualização do censo escolar, o tamanho amostral e a falta de estudos sobre a funcionalidade de deficientes físicos limitaram um melhor desenvolvimento desse estudo. Em suma, o aluno que apresenta uma redução da capacidade funcional, decorrente de qualquer tipo de deficiência, somada às barreiras ambientais tem sua participação reduzida na sociedade.

Palavras-chave: Atividades Cotidianas; deficiência física; cognição; acessibilidade.